D.R. DA CULTURA

Contrato-Programa n.º 168/2006 de 1 de Agosto de 2006

1º Outorgante: A Presidência do Governo Regional dos Açores/Direcção Regional da Cultura, representada pelo Director Regional da Cultura, Vasco Pereira da Costa, conforme poderes que lhe foram conferidos por despacho do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, datado de 25 de Julho de 2005, nos termos do nº2, do artigo 3º, do Decreto Regulamentar Regional nº24/2000/A, de 7 de Setembro.

2º Outorgante: Clube Naval das Lajes das Flores, contribuinte fiscal nº512025762, sita no concelho de Lajes das Flores, representada pela sua presidente Dora Maria de Sousa Nicolau, Apartado nº50, 9960-438 Lajes das Flores, contribuinte nº177575182, titular do Bilhete de Identidade nº512025762.

E por eles foi dito que celebram entre si o presente contrato ao abrigo do Decreto Legislativo Regional nº 13/98/A, de 4 de Agosto e do nº 3 do Decreto Regulamentar Regional nº. 24/2000/A, de 7 de Setembro, e de acordo com o estipulado nas seguintes cláusulas:

1ª.

Constitui objecto do presente contrato a execução dos trabalhos de conservação e manutenção, do bote baleeiro "São Pedro", por parte do 2º outorgante.

2ª.

O 1º outorgante compromete-se a atribuir a verba de €500,00 (quinhentos euros) para apoio aos trabalhos de conservação e manutenção.

3ª.

O 2º outorgante compromete-se a realizar a actividade objecto deste contrato durante o ano de 2006.

4ª.

Ao 1º outorgante cabe verificar, sempre que o entenda, se os trabalhos estão a ser devidamente executados.

5ª.

1. O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, relatório sobre a execução final dos trabalhos, discriminando as despesas e apresentando os seus comprovativos, bem como fotografias do trabalho realizado;

2. Qualquer atraso na conclusão dos trabalhos ou eventual suspensão dos mesmos deverá ser comunicada à Direcção Regional da Cultura, acompanhada da devida justificação.

6ª.

A falta de cumprimento do objecto do apoio e dos prazos previstos para a sua concretização ou a utilização indevida das verbas implicam a revogação da sua concessão, através de despacho da entidade que o concedeu.

7ª.

O incumprimento do presente contrato por parte do 2º outorgante, obriga à devolução do montante subsidiado, acrescido dos respectivos juros legais.

8ª.

As dúvidas suscitadas na interpretação do presente contrato serão resolvidas nos termos gerais de direito, designando as partes contraentes o Foro da comarca de Angra do Heroísmo para todos os assuntos dele emergentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

9º.

Ambos os outorgantes, na qualidade em que intervêm, aceitam o presente acordo, a cujo cumprimento se obrigam.

27 de Junho de 2006. - 1º. Outorgante, 2º. Outorgante, .